

A HERANÇA DE UM MESSIANISMO PORTUGUÊS: O SEBASTIANISMO BRASILEIRO, HISTÓRIAS DO PASSADO E DO PRESENTE

Ana Maria Binet

Université Michel de Montaigne – Bordeaux 3

RESUMO:

No século XVI, aparece em Portugal um anunciador da vinda de um Rei-Messias – trata-se de Gonçalo Anes Bandarra (1500-1566), sapateiro do norte do Portugal, região onde os cristãos-novos eram numerosos. Desde o final do século XVI, as *Trovas* do Bandarra já circulavam no Brasil, e o espírito messiânico que as caracteriza ressurgiria séculos mais tarde em movimentos como o de António Conselheiro, de Silvestre José dos Santos, de João António dos Santos. A herança desse messianismo, à partida lusitano, é ainda patente, sobretudo no nordeste do Brasil. A situação atual dos elementos sebásticos nas manifestações religiosas brasileiras e, sobretudo, nordestinas é o principal objeto de estudo deste trabalho.

PALAVRAS-CHAVE:

Sebastianismo, Messianismo, Manifestações messiânicas no Brasil.

ABSTRACT:

In the sixteenth century, appears in Portugal an announcer of the coming of a Messiah-King – this is Gonçalo Anes Bandarra (1500-1566), a shoemaker from northern Portugal, a region where the New Christians were numerous. Since the end of the sixteenth century, the Bandarra's Ballads already circulate in Brazil, and the messianic spirit that it characterized resurfaced centuries later, in movements such as Antonio Conselheiro's, Silvestre José dos Santos, João António dos Santos. The inheritance of this messianism, originally Lusitanian, is still evident, especially in northeastern Brazil. The current situation of the messianic elements on Brazilian religious manifestations, and especially Northeastern, is the main object of study of this work.

KEYWORDS:

Sebastianism, Messianism, Messianic manifestations in Brazil.

Portugal, tendo acolhido os judeus expulsos de Espanha em finais do século XV, acaba por abandonar, no século seguinte, essa política, relativamente tolerante, que o honrava e lhe trazia vantagens materiais consideráveis, especialmente importantes num período de expansão colonial. Considerações de ordem política – o casamento do rei de

Portugal, D. Manuel, com Isabel, filha dos reis de Espanha – levá-lo-ão com efeito a ceder à pressão espanhola no sentido de expulsar os judeus instalados no território português. Estes podiam ficar, claro está, mas na condição de se converterem ao cristianismo. A sombra ameaçadora da Santa Inquisição aproximava-se do país, tornando-se uma realidade a partir de 1536 e vigiando de perto os cristãos-novos. Não esqueçamos que, à mínima imprudência, os bens deles eram confiscados em prol do Tesouro público português e do Santo Ofício, o que incitava este último a ser especialmente eficiente.

A presença, no território português, de uma comunidade judaica muito importante, não deve portanto ser esquecida se quisermos compreender certos elementos essenciais da cultura portuguesa da época. O desenvolvimento no país de um messianismo de uma força excepcional é um desses elementos que podemos ligar a uma influência judaica mais ou menos subterrânea. A ela se associava um milenarismo que anunciava o fim do mundo próximo, marcado pelas imagens do Apocalipse de S. João.

Portugal não era o único país da Europa que conhecia tais movimentos espirituais, claro está – e a existência provável de uma influência judaica não explica tudo. A obra do monge calabrês Joaquim de Flora, que tinha anunciado uma idade do Espírito Santo, caracterizada pela paz e a ausência de pecado, era conhecida em todo o mundo ocidental, e a influência da suas doutrinas era considerável. Por outro lado, desde o final do século XIV que Portugal tinha contatos com povos longínquos, perante os quais os portugueses se consideravam investidos de uma missão, a de lhes levar a palavra de Cristo, pois, segundo a ideologia religiosa da época, viviam no pecado. O povo português tornava-se assim um novo povo eleito, um povo escolhido por Deus para guiar espiritualmente a humanidade em direção a uma Idade do espírito, um reino de Cristo na terra. Punha-se então a questão de saber quando essa transformação extraordinária teria lugar, quais seriam os sinais anunciadores e quais seriam os seus agentes.

Entretanto, o século XVI verá a explosão de um elemento que vai destabilizar as certezas do mundo cristão: com efeito, o movimento da Reforma afastava o sonho unitário e revelava a fragilidade de um sistema religioso que se considerava, contudo, como possuindo uma legitimidade universal. Paralelamente, esse século verá surgir movimentos messiânicos, que podem explicar-se em parte por um sentimento de decepção e insegurança religiosas, associado à fusão forçada do judaísmo com o cristianismo. A espera de um Rei-Messias, que libertaria o povo judeu de todas as humilhações sofridas, aliava-se aos anúncios aterradores do fim do mundo, que podiam ser lidos nos textos apocalípticos, especialmente no de S. João.

Esses movimentos existiam em toda a Europa, mas eram numerosos na Península Ibérica, onde diferentes “Messias” apareceram, provocando uma grande agitação nas populações, e sobretudo entre os “cristãos-novos”. A esperança na vinda de um Encoberto acentuava-se, mesmo entre os “cristãos-velhos”. Em Portugal, um nome se distingue entre os arautos da vinda próxima de um Rei-Messias. Trata-se de Gonçalo Anes Bandarra (1500-1566), um sapateiro do norte de Portugal, região onde os “cristãos-novos” eram especialmente numerosos. Bandarra conhece os textos bíblicos de cor e serve-se deles para interpretar, nas estrofes chamadas *Trovas*, a história de Portugal, passada e futura. Anuncia sobretudo a chegada de um Encoberto que vai restaurar Portugal na sua glória passada, a do final do século precedente e do princípio do século XVI, mas que declina já na época dele.

A ideia de um destino espiritual e materialmente glorioso para Portugal vem de longe. Com efeito, está ligada à lenda do milagre de Ourique, mito fundador da nacionalidade portuguesa e garantia da sua legitimidade através dos séculos. Tem origem em 1139, aquando de uma batalha entre o exército do futuro primeiro rei de Portugal, Afonso Henriques, e os mouros, na região de Ourique, no atual Alentejo. Cristo teria aparecido ao jovem rei na véspera da batalha, assegurando-o de uma vitória sobre os “infiéis” e revelando-lhe a missão futura de Portugal, a de um país consagrado ao estabelecimento do Império de Cristo na terra. Esa lenda começa a ser difundida no século XV, principalmente a partir dos conventos, como o de Santa-Cruz, em Coimbra. As armas de Portugal serão daqui em diante “lidas” à luz dessa lenda, que conhecerá uma outra fase de expansão aquando do domínio espanhol sobre Portugal, entre 1580 e 1640, justificando o bem fundado desejo de independência da nação portuguesa. Esta lenda é tanto mais importante que a história de Portugal se enraíza num ato de revolta do primeiro rei contra a sua mãe, que fez prisioneira, o que foi susceptível de criar um sentimento de culpabilidade, tanto mais profundo que se insere numa visão do mundo fortemente marcada pela imagem materna da Virgem Maria, objeto de um culto especialmente forte no país.

A esta intimidade entre a monarquia portuguesa e a divindade está ligada a ideia do povo eleito, o qual, como o da Bíblia, conhece, entre 1580 e 1640, um período de cativeiro sob o jugo da Espanha, como vimos. A ideia de um Rei-Messias, de um Príncipe da Paz torna-se assim particularmente ativa durante esse período de sofrimentos e humilhações. Os sinais precursores da sua vinda são espiados, esperados. Quando ele vier, Portugal será investido, diante do mundo, da missão anunciada desde as origens: será a garantia do reino de Cristo na terra, de novo um lugar paradisíaco. A História pára, e uma Idade de Ouro, que deverá durar mil anos, se

instala, correspondendo na verdade a um tempo ilimitado, onde elementos espirituais e temporais serão associados numa harmonia sem par.

Na extremidade oposta à batalha de Ourique, onde o futuro Portugal vencera os muçulmanos, integrando assim a certeza da sua legitimidade, encontra-se, na consciência coletiva nacional, Alcácer-Quibir, nome fatídico que é sinónimo, para o povo português, não só de uma derrota, extremamente pesada em termos de vidas humanas, face à forças muçulmanas, mas também e sobretudo da perda da sua independência. Contudo, fora com a espada de Afonso Henriques que o jovem rei Sebastião tinha partido para Marrocos, decidido a levar a palavra do Cristo, e a bandeira portuguesa, às terras africanas. Infelizmente, os sonhos de grandeza de Portugal ficaram enterrados para sempre, no dia 4 de agosto 1578, sob o areal d'Alcácer-Quibir, e com eles os do jovem rei Sebastião, que se considerava um rei cavaleiro em busca do Graal, um rei Artur português, surgindo por entre o nevoeiro do Tejo. Esse erro fatal foi mais tarde interpretado como um sacrifício supremo, que permitirá a redenção dos erros de Portugal, assim como uma forma de ressurreição do país, num futuro mítico.

Apelidado o «Desejado», Sebastião tinha sido, com efeito, e desde o seu nascimento, em 1554, marcado por um destino fora do comum. Seu pai, último filho ainda vivo de D. João III, tinha sido casado de urgência, com 16 anos de idade, de modo a dar ao país um herdeiro, “desejado” desde há muito. Morreu com diabetes pouco antes do nascimento do filho, a criança tendo sido criada pela avó, a rainha D. Catarina, e os irmãos Câmara, jesuítas. Muito devoto, Sebastião apenas se interessa pela caça, vivendo mergulhado num ideal cavaleiresco que o levará a partir para guerrear na África do Norte, acompanhado pela fina flor da nobreza portuguesa. Lá, desapareceu para sempre, juntamente com 8.000 homens. Por outro lado, 15.000 homens ficam prisioneiros, o seu resgate pesando de forma terrível sobre as finanças da nação. Foi a maior catástrofe da história nacional, sobretudo se se considera que Sebastião não tinha herdeiros, o que deixava o país nas mãos de Filipe II de Castela. Traumatismo profundo, a batalha só será relatada, durante pelo menos duas décadas, por autores estrangeiros. Essa recusa de lembrar a catástrofe abrirá o vasto domínio das suposições mais fantasistas, impedindo o país de proceder a um trabalho de luto. Por outro lado, o corpo do rei nunca foi encontrado, a esperança da sua suposta volta mantendo-se assim viva durante muito tempo. D. Filipe II acabará por mandar vir de Marrocos um cadáver que dizia ser o de D. Sebastião, de modo a acalmar o povo. Colocado, em grande pompa, em 1582, no Mosteiro dos Jerónimos, a necrópole real, o seu epitáfio testemunha a incerteza respeitante ao seu conteúdo: *conditur hoc tumulo, si vera st fama, Sebastus...*

Vários aventureiros aparecerão nos anos seguintes, afirmando serem D. Sebastião e respondendo a um desejo, cada vez mais intenso na população, de ter de novo um rei

nacional, sinónimo de independência. Esquecendo a sua responsabilidade indiscutível na difícil situação do país, o povo português vai mitificar esse rei, física e psicologicamente doente durante a vida, e transformá-lo na encarnação do Encoberto, cuja chegada era prevista desde há muito pela tradição peninsular. Futuro Imperador do Mundo, traria a paz a todo universo, convertido ao cristianismo.

As ordens monásticas, descontentes com a política do governo espanhol, fomentam revoltas no país, encorajando a crença numa volta desse Encoberto, atestando de numerosos sinais indiscutíveis anunciando a boa nova. Os jesuítas são particularmente ativos nesse campo, a Companhia tendo-se tornado um foco importante do sebastianismo, que utiliza contra Castela. As *Trovas* do Bandarra, que se dizem ter anunciado o futuro glorioso de Sebastião e de Portugal, são lidas e aprendidas de cor, objeto de um entusiasmo extraordinário. A memória coletiva mobiliza-se em torno de um sonho louco, a história retira-se perante o mito.

Contudo, o mito vai, por sua vez, fecundar a história e alimentar esse desejo de liberdade, sempre vivo nos corações portugueses, fazendo do sebastianismo uma religião da pátria que, segundo o que confessou um autor espanhol, será “a arma mais forte a ser utilizada contra o domínio espanhol”. É verdade que criação mítica surge sempre, segundo C. G. Jung, como resposta a conflitos importantes no interior de uma sociedade dada.

O mito permitiu a Sebastião atingir a glória que a sua vida breve e a sua empresa louca não lhe tinham permitido conquistar, tornando-o a encarnação da esperança, ao longo dos séculos, da redenção de Portugal. Assim, a lenda refugia-se na história, alimentando-se da sua substância e dando à luz um ser híbrido, dificilmente identificável, imortal.

A história, contudo, tem direitos inalienáveis que o mito não deve fazer esquecer. Tem, entre outros, o direito de questionar as responsabilidades dos seus agentes: neste caso, quais foram as responsabilidades dos padres jesuítas, muito próximos do jovem rei, na sua louca decisão? Entre os nobres do seu conselho, quais deles o incitam a lançar uma tal expedição, em pleno mês de agosto, na fomalha do deserto africano, e com que objetivo exatamente? A falta de experiência do rei era evidente, mas não a da velha nobreza portuguesa, habituada a deixar as suas quintas para partir para terras longínquas, que lhes traziam maiores benefícios. Temos de fazer aqui justiça a D. Filipe II de Espanha, que tenta em vão dissuadir o sobrinho de uma empresa tão evidentemente perigosa. Como justificar, considerando que o ofício da nobreza era essencialmente o das armas, e que essa nobreza estava presente em massa em Alcácer-Quibir, que as narrativas da batalha que chegaram até nós testemunhem

essencialmente de uma “derrota organizada”, uma confusão de ordens e contra-ordens que paralisavam as tropas?

A todas estas perguntas, a história sempre evitou responder claramente, como se fosse demasiado difícil para o país enfrentar a realidade; o mito, ao contrário, apoderou-se dela, trazendo respostas heróicas, susceptíveis de valorizar uma imagem nacional que sempre duvidou da profundidade do seu reflexo. A própria personagem do rei D. Sebastião tem tendência a oscilar, nos sentimentos que provoca, entre a abominação destituída de espírito crítico e a adoração mais insensata.

No primeiro dia de dezembro de 1640, um grupo de nobres portugueses toma o poder, esta ação decisiva tendo sido precedida e anunciada, segundo os documentos da época, reunidos pelo padre jesuíta João de Vasconcelos, sob o pseudónimo de Gregório de Matos e o título *Restauração Prodigiosa de Portugal*, por inúmeros sinais confortando os que acreditavam nas profecias sebastianistas. O duque de Bragança, novo rei, sob o título de D. João IV, teve mesmo de prometer que tornaria a dar a coroa a D. Sebastião se este voltasse!

Não foi, claro, o caso, e um padre jesuíta, António Vieira (1608-1697), um dos maiores oradores portugueses, decidiu defender a ideia segundo a qual D. João IV era o Encoberto. Tinha ganho esta certeza no Brasil, onde tinha feito os estudos e o noviciado. Já em 1634, na Bahia, aquando de um sermão no dia da festa de S. Sebastião (e do aniversário do rei D. Sebastião), joga com a ambiguidade à qual se pode prestar o nome do santo, referindo-se mesmo à falsa morte do Encoberto. Na solidão da floresta amazónica, ele terá, segundo o que ele próprio confessou, refletido nas profecias do Bandarra, que lhe inspirarão a ideia de fazer evoluir o sebastianismo para um messianismo à volta de D. João IV, um “joanismo”. Quando o rei morre, em 1656, com um balanço mais do que honroso, mas sem ter realizado as ações extraordinárias que Vieira esperava dele, este último envia da Amazónia uma carta à rainha, assegurando-a da volta do rei, segundo o que tinha predito Bandarra, para dirigir o Quinto Império – o Império de Cristo, espiritual e temporal, segundo a interpretação, realizada pelo profeta Daniel, do sonho do rei Nabucodonosor. O poder espiritual seria representado pelo Papa; o poder temporal, pelo rei de Portugal.

Este conceito de um império temporal do Messias valerá a Vieira a perseguição da Inquisição, que o acusa de “judaizar”. Segundo Vieira, uma conversão universal à religião cristã está próxima e será conduzida, evidentemente, pelo rei de Portugal, imperador do mundo. A paz reinará então durante mil anos, até ao Juízo Final e o Fim do Mundo.

A evangelização dos índios do Brasil fazia parte desse projeto universal, que ultrapassava o “joanismo” inicial, limitado à escala portuguesa. Ela correspondia a uma

segunda fase do plano divino respeitante a Portugal, que tinha começado com os Descobrimentos. O Brasil tornava-se assim um elemento importante no contexto do messianismo português, e os jesuítas eram certamente os agentes mais ativos dessa esperança messiânica importada de Portugal. Por outro lado, os exemplares manuscritos das *Trovas* do Bandarra circulavam no Brasil desde 1591. A Inquisição, aquando da sua primeira visita ao país, tê-los-ia assinalado, e mesmo mandado traduzir para castelhano. Segundo os resultados dos inquéritos realizados pelo Santo Ofício, teriam sido levados para o continente americano por “cristãos-novos”, que aí se instalaram em grande número durante os séculos XVI e XVII, originários sobretudo do norte de Portugal, como Bandarra. Não é impossível que Vieira tenha visto essas *Trovas* no Brasil, pois elas deviam circular secretamente entre os membros da Companhia, ferventes sebastianistas. Não devemos esquecer também que o ensino estava, em grande parte, nas mãos das ordens religiosas, e sobretudo dos jesuítas. Para se ter uma ideia do estado de espírito que reinava nos conventos destes últimos, basta lembrarmo-nos que um dos assuntos de reflexão que os noviços deviam tratar era o de saber se o rei D. Sebastião voltaria ou não.

Não devemos esquecer também que o nordeste do Brasil esteve sob domínio holandês entre 1630 e 1654, beneficiando-se assim de uma tolerância religiosa única na sua história, à exclusão, claro, da mais recente. A imigração judaica foi particularmente importante nessa época, muitos judeus portugueses, refugiados até aí na Holanda, tendo atravessado o mar para se instalar no Brasil holandês. Segundo documentos da época, por volta de 1645, metade da população branca da região era judia. Quando os portugueses reconquistaram a região, esses mesmos judeus voltaram na sua maioria a Amsterdam, onde a sua comunidade era muito numerosa, como pôde constatar o padre Vieira, que os visitou nessa época precisamente. Não é, pois, de admirar que o fermento messiânico judeu tivesse ficado em terras do Brasil, reforçando o que tinha chegado de Portugal através de cristãos novos e velhos.

Em todo o caso, o messianismo do Bandarra à volta do Encoberto penetrou as camadas populares da nação brasileira, encontrando-se, dois séculos mais tarde, na origem de movimentos como o de António Conselheiro, que Euclides da Cunha immortalizou, em 1902, no seu romance *Os sertões*. António Conselheiro, cangaceiro, iluminado, louco, morreu lutando contra as forças federais, Sebastião patético do fim do mundo, filho da miséria e da ignorância. Esses movimentos messiânicos marcaram o século XIX, tendo sido amiúde reprimidos com violência, como no caso que acabamos de citar. Os testemunhos de viajantes, portugueses e estrangeiros, dizem o seu espanto por encontrarem um número tão elevado de sebastianistas no Brasil, sublinhando ao mesmo tempo a grande ingenuidade de que dão provas. Um comerciante do Rio de

Janeiro era até conhecido por fazer crédito até ao dia em que D. Sebastião voltasse! No final do século, os sebastianistas eram já, evidentemente, menos numerosos.

No Brasil, a imagem de D. Sebastião, o Encoberto, sofreu, com o tempo, uma distorção em relação à que era a sua no século XVII. Com efeito, é essencialmente visto como um grande rei que voltará para distribuir, entre os seus adeptos, imensas riquezas e cargos honoríficos, num mundo que se parece com o Paraíso terrestre da Bíblia. Esse deslizar do conteúdo do mito para uma importância dada às vantagens materiais ligadas à volta do Encoberto explica-se, em parte, pelo fato que os europeus que viviam no Brasil no século XIX tinham como objetivo principal o de enriquecerem. Por outro lado, a ideia de um Portugal à cabeça de um Império Universal não tinha sentido no Brasil novecentista, tendo, pois, este aspeto do mito sebastianista, sido evacuado ao atravessar o Atlântico. Enfim, a personagem histórica de D. Sebastião é na realidade desconhecida da maior parte dos brasileiros das classes populares, aquelas onde o mito encontrou maior eco. Acontece até que seja confundido com o santo do mesmo nome.

O movimento chamado da *Cidade do Paraíso Terrestre* participa dessa herança sebastianista. Na sua origem, temos um ex-soldado, Silvestre José dos Santos, chamado o Profeta. Instala-se, por volta de 1817, no estado de Pernambuco, rodeado por 400 adeptos, numa aldeia que ele chama Cidade do Paraíso Terrestre. Lá constrói uma capela perto de uma pedra “encantada”, que lhe “falava” e que só ele ouvia. Afirmava que o rei D. Sebastião sairia de lá com o seu exército e distribuiria grandes riquezas aos adeptos, que se tornariam imortais e invisíveis em caso de ataque. Um ataque ocorreu em 1820, o governador do estado tendo considerado que se tratava de uma conspiração contra o governo. Os adeptos foram, na sua grande maioria, massacrados.

Nesse mesmo estado de Pernambuco aparece, por volta de 1836, um mestiço chamado João António dos Santos, anunciando o fim do “encantamento” do rei D. Sebastião, seguido do seu retorno para distribuir riquezas entre os adeptos. Estes eram cada vez mais numerosos, parando de trabalhar para seguir o “profeta”. As autoridades religiosas conseguem persuadi-lo a deixar a região, mas, dois anos mais tarde, o cunhado de João dos Santos, João Ferreira, toma o seu lugar, dando mais detalhes sobre o que chamava o *Reino Encantado*. Duas enormes pedras constituiriam a sua entrada, e seria aí que o rei D. Sebastião apareceria, rodeado de toda a sua corte, no momento preciso em que o “desencanto” teria lugar. Como este tarda a chegar, explica que é necessário derramar muito sangue para que o desencanto aconteça. De qualquer modo, as pessoas sacrificadas serão ressuscitadas por Sebastião, tornando-se brancos se eram negros, imortais, ricos, poderosos e jovens. Depressa a violência é utilizada no “reino”, sobretudo para convencer os mais cépticos. O álcool corria a jorros, mas a alimentação era racionada, e esperava-se o dia decisivo dançando – e sem se lavar, pois era proibido.

A poligamia é que não o era, João Ferreira praticando o que ele chamava uma “dispensa” da noiva durante a noite de núpcias, antes de a voltar a dar ao marido. Ervas com virtudes alucinatórias deviam certamente circular, pois os adeptos diziam ter visões de D. Sebastião e da sua corte. No dia 14 de maio de 1838 os primeiros sacrifícios humanos começam, continuando nos dias seguintes no meio da excitação geral. No fim do terceiro dia, as pedras sagradas tinham sido cobertas com o sangue de trinta crianças, doze homens, onze mulheres e catorze cães. No dia 17 de maio o próprio rei se ofereceu ao sacrifício, o exército tendo atirado contra os sobreviventes, que caíam gritando “viva o rei D. Sebastião”. Esta tragédia, que marcou os espíritos profunda e duravelmente nessa região do Brasil, inspirou escritores como José Lins do Rego para o seu romance *Pedra Bonita* (1938), Araripe Júnior em *O reino encantado*, Joaquim Cardozo, *O coronel de Macambira* (1963), Ariano Suassuna em *A pedra do reino* (1971) e *O rei degolado* (1977).

Contudo, o movimento messiânico brasileiro mais conhecido e mais estudado é certamente o que se desenvolveu em redor de António Conselheiro, ao qual já nos referimos. Começando por ser pregador no norte da Bahia, a partir de 1867, atrai uma verdadeira multidão, por causa da sua fama de fazer milagres e curar pessoas, decidindo então instalar-se num sítio que, com o tempo, se tornou quase numa cidade. Cada vez mais agressivo para com as autoridades políticas e eclesiásticas da região, acabou por partir com os seus adeptos para o sertão, fixando-se, em 1893, num sítio chamado *Canudos*, numa velha fazenda, que batizou Belo Monte e que deveria vir a ser a Nova Jerusalém. Os seus sermões, muito numerosos, tinham amiúde por tema a volta do rei D. Sebastião e do Paraíso terrestre. Para que esse retorno se tornasse realidade, era imperativo conformar-se às ordens do profeta António Conselheiro, quer dizer, abandonar toda a riqueza em seu proveito, praticar a castidade, a abstinência, fazer penitência. Oito mil pessoas chegaram a viver em Belo Monte, a região esvaziando-se literalmente, com grande prejuízo para os comerciantes e os proprietários, que não encontravam mão de obra e cujo gado era roubado pelos jagunços de António Conselheiro. Como não pagavam impostos, os camponeses da região também não os queriam pagar. Um outro ponto litigioso dizia respeito às eleições: o apoio de António Conselheiro a um candidato assegurava este último da vitória. Conservaram-se cartas, dirigidas ao Conselheiro, para lhe pedir apoio para funções que podiam ser mesmo de deputado federal! A atitude da igreja não era menos ambígua em relação ao novo profeta: com efeito, os padres que vinham dizer a Missa e dar os sacramentos a Belo Monte ganhavam bastante dinheiro, as cerimónias religiosas sendo frequentes; a hierarquia eclesiástica considerava-o, contudo, perigoso, por causa da sua grande influência sobre os adeptos, que não duvidavam um instante da sua natureza sagrada. A

sociedade exterior, assim como as instituições, eram diabolizadas, os jagunços formando um grupo de eleitos, detentores da verdade religiosa revelada pelo seu messias, António Conselheiro. O inevitável conflito explodiu em fins de 1896. Após uma série de incidentes, o exército ataca, sofrendo a princípio algumas derrotas humilhantes, devidas ao escasso conhecimento do terreno e às condições climáticas e geográficas particularmente difíceis. A guerra de Canudos ficará como um episódio sangrento na história do Brasil, durante o qual os jagunços preferiram morrer do que se render, certos como estavam de ter direito ao paraíso e às suas delícias. O Conselheiro morreu em 1897, os seus adeptos esperando que ele ressuscitasse ao terceiro dia. Em 1950, ainda havia no Brasil quem esperasse a volta de António Conselheiro, a sua vida estando rodeada por uma aura sobrenatural, imaginada como uma Idade de Ouro, em que a terra era fértil e as chuvas abundantes, reflexo longínquo dos textos apocalípticos em que a Idade do Messias era marcada por uma prosperidade paradisíaca. A personagem vive ainda na poesia popular, que abriga numerosas lendas ligadas à de Sebastião, o rei que deverá voltar das brumas da sua ilha encantada. Essa ilha é por vezes situada no Brasil, no nordeste do país, região onde o mito se conservou bastante vivo. As histórias são aí numerosas sobre a cidade encantada do rei Sebastião, surgindo, nas noites de sexta-feira, das águas do mar; ou então, na tradição do bumba meu boi, em que o rei toma a forma de um touro coberto de ouro e de pedras preciosas, percorrendo o estado do Maranhão no dia de S. João. A tradição afirma, aliás, que, antes de morrer afogados, os pescadores da região, e sobretudo da praia de Lençóis, são confrontados com o fantasma de Sebastião, vendo também o seu palácio, escondido no fundo do mar.

Maria Isaura Pereira de Queiroz, grande especialista do messianismo brasileiro, contou, entre 1817 e 1968, 18 movimentos messiânicos, inspirados amiúde pela crença sebástica. O Encoberto deixou assim a sombra dos conventos, onde os monges sonhavam com a sua volta, para vir, montado no seu cavalo branco, trazer um pouco de esperança aos deserdados das regiões mais desfavorecidas do Brasil. De libertador político, tornou-se libertador das cadeias da miséria social. Assim, a sua personagem foi associada a rituais de desencanto, provocando por vezes desfechos tragicamente sangrentos, como vimos. No Maranhão, no século XX, o sebastianismo ganhou uma nova vida: Sebastião tornou-se aí um ser encantado, que se manifesta no terreiro através do médio em transe.

Da *nigredo* de Alcácer-Quibir, passando pela *albedo* do sonho brasileiro de um Paraíso reencontrado, Sebastião sofre igualmente a terrível *rubedo*, fruto do desespero e da impotência humanos. Cavaleiro sem terra que assombra o sertão após ter causado a perda do seu país, D. Quixote do imaginário dos povos lusófonos, tentando, através do sonho e da utopia, ultrapassar as condições impostas por uma realidade demasiado dura,

A herança de um messianismo português: o sebastianismo brasileiro,
Histórias do passado e do presente

Sebastião continua a marcar a mitologia lusófona, testemunhando assim o que constitui a base da riqueza desta última, isto é, a mistura de elementos diversos que contam a história da aventura de um povo: a fusão do messianismo judeu, do sebastianismo português, da busca de um paraíso terrestre ou de uma “terra sem mal” tupi-guarani, no interior de um mito que, para retomar as palavras do grande poeta Fernando Pessoa, “é o nada que é tudo”.

MINICURRÍCULO:

Ana Maria Binet é catedrática da Université Michel de Montaigne – Bordeaux 3 e diretora do Departamento de Estudos Lusófonos da mesma universidade.